



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PARECER TÉCNICO

SMC-COMPAC - 721 / 2025

RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE

Assunto: Proposta de instalação de monumento de 7,62 m – Caminho dos Anjos
Local: Travessa Padre Bernardo Greis – Calçada do Bosque Central (Praça Marechal Floriano Peixoto)
Processo: SEI 84.002270/2025-39
SEI_84.002270_2025_39 Caminho dos Anjos

1. Objeto da Análise

Examina-se a proposta de instalação de um monumento/obelisco de **altura total de 7,62 m**, apresentado pela Associação Caminho dos Anjos, em área pública de calçada localizada na Travessa Padre Bernardo Greis, junto ao Bosque Central / Praça Marechal Floriano Peixoto.

2. Enquadramento Urbanístico, Patrimonial e Legal

2.1 Área envoltória de bem tombado

O local situa-se **na área envoltória do Antigo Fórum de Londrina (atual Biblioteca Pública Municipal)**, bem tombado, conforme documentação e mapas apresentados no processo (págs. 15-21)

Assim, aplicam-se **os arts. 22 a 25 da Lei Municipal 13.902/2024**, que estabelecem:

bens em processo de tombamento devem ser preservados sem alterações até decisão final;

intervenções na área envoltória não podem **comprometer a integridade, percepção visual ou visibilidade do bem tombado**;

quaisquer construções nessa área **dependem de parecer do COMPAC**.

Conclusão: a inserção de um monumento de grande porte **não é compatível com as restrições legais** que protegem a ambiência e a leitura arquitetônica do Antigo Fórum.

2.2 Inserção na “Elipse Central” - Traçado histórico em processo de tombamento

O Bosque Central e seu entorno integram a chamada **Elipse Central**, objeto de processo de tombamento e indicados no Inventário Urbano-Paisagístico (fichas P16 e

O eixo de visão seriada na Travessa Padre Bernardo Greis, no sentido Rua São Paulo–Avenida Rio de Janeiro, funciona como o fio condutor que organiza a experiência do movimento e a sucessão de percepções do transeunte, revelando progressivamente a Biblioteca Pública e, ao fundo, o Edifício Julio Fuganti; entretanto, o monumento proposto interrompe essa continuidade visual, bloqueando o enquadramento natural da Biblioteca e prejudicando a leitura da profundidade que permite a visualização do edifício ao fundo, comprometendo assim a qualidade perceptiva e a clareza do percurso

Trata-se de área fundacional da cidade, cujo traçado histórico constitui **elemento essencial da paisagem urbana original**. Intervenções devem:

- preservar a legibilidade do desenho urbano;
- evitar protagonismos que alterem a hierarquia espacial existente;
- manter permeabilidade visual e coerência paisagística.

Conclusão: monólitos ou monumentos de grande porte podem **ferir o princípio de preservação da morfologia urbana histórica**, sobretudo em local de alta sensibilidade patrimonial.

2.3 Comparação proporcional com monumentos existentes

O IPPUL, em despacho administrativo (págs. 11–12), informa:

Monumento	Altura
Willie Davids	3,55 m
Imaculada Conceição	3,80 m
Abilon Souza Naves	2,80 m

Estes são os monumentos históricos já consolidados no centro da cidade. O obelisco proposto (7,62 m) **mais que dobra** a altura média das referências existentes.

Conclusão: causa **desproporção volumétrica**, destoando da escala tradicional dos marcos urbanos no Centro Histórico.

2.4 Local inadequado no ponto de vista de segurança, fluxo e uso do espaço público

- Observa-se nas imagens do projeto (págs. 6–9) e na planta de localização (pág. 2) Calçada **estreita**, com largura insuficiente para acolher aglomerações.
- Local situado **em via de tráfego intenso**, com necessidade expressa de proteção a pedestres.
- Possibilidade de **concentração de peregrinos**, conforme informado pelo requerente, o que pode **criar conflitos com a circulação urbana** e aumentar riscos de acidentes.
- O Código de Obras, Código de Posturas e legislação de trânsito impedem obstáculos

volumétricos que:
prejudiquem **acessibilidade**;
reduzam **faixa livre de circulação**;
criem situações de risco em esquinas ou travessias.

Conclusão: a calçada existente **não comporta, técnica nem juridicamente**, a instalação de um equipamento fixo de grande porte e atração de público.

2.5 Neutralidade e isonomia do espaço público

Ainda que o Caminho dos Anjos seja reconhecido por sua relevância social e religiosa, o espaço público urbano deve observar:

Princípio da laicidade do Estado;

Princípio da isonomia entre diferentes manifestações religiosas;

Necessidade de evitar que um grupo ocupe um ponto de destaque urbano com símbolo monumental permanente que represente apenas uma tradição específica.

Conclusão: embora legítima e respeitável, a manifestação religiosa não deve se sobrepor, em espaço central e de valor histórico, à pluralidade de crenças presentes na população.

3. Avaliação da Proposta Técnica

3.1 Altura de 7,62 m - impacto excessivo

O requerente justifica a altura com base na simbologia do Caminho dos Anjos e exemplos internacionais (págs. 26-30). Contudo, os paralelos apresentados (Vaticano, Kiev, Aparecida) referem-se a:

locais religiosos,

praças amplas,

inseridos em áreas tombadas - Vaticano (UNESCO) e Aparecida (Estadual-SP CONDEPHAAT-Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico).

com grande capacidade espacial.

Essas referências **não se aplicam** ao contexto restrito do centro histórico de Londrina, cuja ambiência exige **sobriedade e compatibilidade volumétrica**.

3.2 Interferência visual na ambiência do Antigo Fórum

O obelisco proposto criaria:

um novo eixo de atenção visual dominante na paisagem;

interferência direta na leitura espacial do Fórum e na composição do Bosque Central.

O art. 25 da Lei 13.902/2024 proíbe **construções que reduzam a visibilidade ou percepção visual de bens tombados**.

4. Argumentos Objetivos para Indeferimento da Localização Proposta

Violação das restrições legais da área envoltória de bem tombado, nos termos da Lei 13.902/2024.

Incompatibilidade com o processo de tombamento da Elipse Central, área de alta sensibilidade urbanística.

Desproporção volumétrica em relação aos demais monumentos históricos do

centro.

Impacto visual negativo sobre o Antigo Fórum e sobre a paisagem urbana histórica.

Inadequação técnica da calçada, insuficiente para cargas, fundações e circulação segura.

Risco à segurança de pedestres, especialmente em situações de concentração de peregrinos.

Potencial violação do princípio de isonomia no espaço público, dado o caráter confessional explicitado pelo próprio requerente.

Presença de alternativas mais adequadas no território, com melhor espaço, visibilidade e segurança.

5. Recomendação Técnica

Considerando todos os elementos analisados, **não se recomenda a instalação do monumento de 7,62 m na área da Travessa Padre Bernardo Greis**, por incompatibilidade legal, urbanística, patrimonial, funcional e de segurança.

Recomenda-se expressamente:

(A) Indeferir a proposta para o local atual.

(B) Orientar a Associação Caminho dos Anjos a apresentar estudo para outro local, observando:

Área com **maior amplitude espacial**, preferencialmente praça ou terreno público com faixa livre ampla;

Local livre de restrições patrimoniais ou de área envoltória de bens tombados;

Possibilidade de **acesso seguro para grandes grupos**;

Capacidade estrutural adequada para fundações e circulação;

Adequação paisagística e volumétrica ao entorno arquitetônico e urbano-paisagístico;

Local onde o monumento possa **cumprir sua função simbólica** sem conflitos com normas de preservação e segurança urbana.

Possíveis alternativas urbanas (a título exemplificativo, não vinculante):

Praças amplas em eixos de saída da cidade;

Áreas institucionais junto a vias largas;

Espaços públicos próximos a pontos de início real do Caminho dos Anjos, mas **fora da zona de preservação histórica**.

6. Conclusão

Diante da legislação vigente, da natureza histórica do local, da escala da proposta e dos riscos associados ao uso do espaço público, **a área analisada não é adequada para instalação do monumento proposto**.

A solução mais equilibrada e tecnicamente adequada consiste em **estudar outro local**, que acolha o monumento com segurança, visibilidade e significado, **sem comprometer o patrimônio cultural de Londrina**.

Londrina, 17 de dezembro de 2025

Eloisa Ramos Rodrigues Ribeiro

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural - COMPAC
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Usuário Externo**, em 17/12/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17326357** e o código CRC **514CF027**.

Referência: Processo nº 84.002270/2025-39

SEI nº 17326357